

Reprodução e Mudança. Considerações sobre o movimento histórico social

Eliane Superti¹

Resumo

O presente artigo abordou a discussão teórica presente no referencial das ciências sociais sobre os processos de reprodução e mudança social. Buscou-se compreender a inflexão pela qual passou as pesquisas sociais adotando interpretações unilaterais sobre esses dois processos e a superação dessa dicotomia. A reflexão sobre a superação da antítese entre reprodução e mudança partiu da compreensão da prática humana como construtora da realidade social que integra concomitantemente a manutenção e a modificação das estruturas sociais. Ambos os processos são entendidos como partes constituintes da história social e realizam a necessária ligação entre o passado e o presente.

Palavras-chave: Reprodução, Mudança, Práxis, Evento.

Abstract

The article raised the theoretical discussion of the social sciences about processes of reproduction and social change. The aim was to understand the intonation which went to the social research to adopt unilateral interpretations about these processes and overcoming this dichotomy. Thinking about overcoming antithesis between reproductive and change began with the understanding of the human practice as construction of social reality which includes concurrently the maintenance and modification of social structures. Both process are seen as constituent parts of social history and conduct the necessary link between the past and present.

Keywords: Reproduction, Change, Praxis, Event

I - Introdução

As discussões entre reprodução e mudança social, contidas no aparato intelectual da sociologia, marcam uma importante inflexão no conteúdo da teoria e no foco da análise de uma parcela expressiva das pesquisas sociológicas que data do final do século XIX e início do século XX. Segundo Norbert Elias (1994), essa inflexão por que passou o conhecimento sociológico liga-se a percepção de uma parte dos teóricos do século XX de que os modelos que se propunham a explicar os processos sociais pelos quais as mudanças ocorriam, seja sob o título de transformação ou desenvolvimento, elaborados por autores clássicos do pensamento sociológico, fundamentavam-se não só em análises sociais, mas também, e principalmente, nos ideais políticos e filosóficos defendidos pelos autores.

A razão mais óbvia por que a percepção da importância dos problemas da mudança social a longo prazo, da sociogênese e desenvolvimento de formações sociais de todos os tipos, se perdeu na maior parte para os sociólogos, e por que entre eles, o conceito de desenvolvimento caiu em descrédito é encontrada na reação de muitos deles – acima de tudo, dos principais teóricos do século XX – a alguns aspectos de teorias notáveis do século XIX. Ficou demonstrado que os modelos teóricos de desenvolvimento social de longo prazo elaborado no século XIX por homens com Comte, Spencer, Marx Hobhouse e muitos outros fundamentaram-se,

¹ Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá, doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Email: esuperti@unifap.br

em parte, em hipóteses condicionadas principalmente pelos ideais políticos e filosóficos desses homens e apenas secundariamente pelas suas relações com os fatos. Gerações posteriores tiveram à disposição uma massa de fatos muito maior e em constante expansão. O reexame das teorias de desenvolvimento clássicas do século XIX à luz das descobertas mais abrangentes subsequentes fez com que numerosos aspectos dos anteriores modelos de processos percessem duvidosos ou, pelo menos, necessitados de revisão. Muitos artigos de fé sociológicos pioneiros não foram mais aceitos pelos sociólogos do século XX. (ELIAS, 1994, p.223)

O reexame das teorias sobre a mudança social, à luz de novas pesquisas e análises no século XX, trouxe a compreensão de que a interpretação dos autores clássicos sobre a mudança vinculava-se a crença em um desenvolvimento evolutivo em direção a melhora da civilização ou, ao progresso social. Contudo, tal reconhecimento, ao invés de permitir uma rediscussão das antigas teorias aprimorando seus conceitos em análises ulteriores, teve como efeito à reação inversa. Abandona-se radicalmente a investigação dos problemas ligados a dinâmica formadora e transformadora das sociedades, em favor de uma investigação de dados sobre sociedades concebidas como normalmente existentes em um estado de repouso e equilíbrio.

Nas palavras de Elias;

Encontramos no contexto da sociologia, por conseguinte, um fenômeno intelectual que envolve uma oscilação radical do pêndulo, de uma posição unilateral para outra, oposta, e não menos unilateral. À fase em que os teóricos da sociologia procuravam, principalmente, modelos de desenvolvimento social a longo prazo, sucedeu outra em que se interessam principalmente por modelos de sociedades em estado de repouso e imutabilidade. (ELIAS, 1994, p. 224)

II – A sociedade em repouso versus práxis humana.

O descrédito quanto as análises clássicas sobre a mudança e os processos sociais em longo prazo fez com que a interpretação sociológica se voltasse para a compreensão das sociedades enquanto “sistemas sociais”. Conceito utilizado principalmente por Parsons (PARSONS & SMELSER, 1957), mas que bem representa essa visão da sociologia. No bojo deste conceito, a sociedade é entendida com tendo um relativo equilíbrio social que lhe permite manter um estado de repouso. Todas as suas partes estão integradas e todos os indivíduos que dela participam são geralmente sintonizados uns aos outros, uma vez que sofreram processos semelhantes de socialização, sustentam através de seus atos os mesmos valores e obedecem as mesmas normas sociais formando um todo social, uma

unidade estruturada. Para compreensão desta unidade, é preciso investigar justamente a estrutura que lhe dá forma e suas funções.

As mudanças sociais, percebidas dentro destes “sistemas”, são analisadas como uma perturbação deste estado de relativo equilíbrio e repouso, elas surgem como resultado de uma disfunção, como por exemplo, a violação de normas sociais ou a quebra da conformidade. Uma vez desencadeado esse estado de mudança, na maioria das vezes, externamente motivado, a sociedade, de acordo com essa leitura, se esforçará para retomar o estado de equilíbrio. A mudança social figura assim, como um conceito que se refere a um estado transitório entre outros dois de repouso e equilíbrio. A mudança não é, portanto, um fenômeno presente na normalidade vida social, mas uma ruptura transitória da contínua reprodução das estruturas sedimentadas em relações de equilíbrio social. O movimento social não é o da formação e transformação das estruturas sociais, mas, a reprodução das já existentes pelas relações sociais dos indivíduos entre si e com sua sociedade.

Por entender a sociedade em estado de repouso, predomina, então, nesta visão a noção de reprodução social, mas isso implica em se desconsiderar que as estruturas não surgiram tal como são em dado tempo e lugar, mas foram e são historicamente produzidas em uma dinâmica contínua de ordenação e reelaboração da vida social. Os elementos dinâmicos da mudança estão presentes em toda a experiência humana de construção da realidade social. O que significa que, assim como a reprodução, a mudança é uma característica normal da sociedade e não um estado transitório de perturbação de um possível equilíbrio social.

A análise da sociedade em estado de repouso elimina parte de sua historicidade, aquela relacionada com o processo, de longo ou curto prazo, de mudança das estruturas. Quando, para possibilitar a pesquisa, retira-se à sociedade de sua formação histórica privilegiando a análise das estruturas existentes enquanto um “sistema” o que se analisa é a síntese desse processo formativo de mudança e reprodução dos esquemas constitutivos da vida social. Reprodução e mudança, observando-se o aspecto histórico, são processos concomitantes presentes no fazer histórico dos indivíduos em sociedade, ou melhor, na práxis humana.

Para superar a falsa oposição entre reprodução e mudança Pierre Bourdieu (1983) propõe o conhecimento da prática ou praxiológico, buscando compreender o que é a práxis humana e como ela se forma e se transforma no fazer histórico. Para isso trabalha como o conceito de habitus.

O habitus é a "experiência" da vida social que o homem carrega consigo. As experiências e as condições que ele vivencia no meio em que se desenvolve, a educação

recebida e apreendida, o convívio e o relacionamento com outras pessoas. Essas "experiências" o formaram e o formam como homem e fazem parte do seu ser, pois, são os seus referenciais da vida social sem o qual ele não existe como ser da espécie. Dessa forma, são suas experiências vividas e apreendidas e o seu corpo biológico que o tornam de fato um homem.

Portanto, por serem essas as experiências de uma vida social, o homem ao apreendê-las, ao vivê-las em seu sentido prático, inconscientemente as torna como seu referencial da vida em sociedade interiorizando-as. Nesse processo interioriza de fato as estruturas da sociedade, denominadas por Bourdieu de estruturas estruturadas, ou seja, os valores, normas, princípios, hierarquias e condições sociais que estão, dessa forma, presentes em seu ser como uma segunda natureza, como a natureza social que de fato é a história feita natureza, ou, para usar a terminologia de Bourdieu, transformada em "Habitus".

Mas, a noção de habitus não compreende apenas essa interiorização inconsciente das estruturas objetivas ou da história que formam a natureza social do homem, ela também apreende a dimensão em que essas estruturas objetivas interiorizadas funcionam como princípio gerador e estruturador da prática dos atores. Segundo o autor, as ações dos agentes sociais na mesma medida em que não são simples obediências coercitivas as regras, igualmente não decorrem de uma previsão consciente das metas a serem atingidas. Isso porque, elas são geradas e estruturadas por essa "experiência" da vida social que faz parte do indivíduo, pois, o homem toma como orientador de suas ações o seu referencial da vida social que é o seu habitus e nesse sentido é o habitus quem gera e estrutura a prática e, portanto, são as estruturas objetivas interiorizadas na forma de habitus que se tornam às estruturas estruturantes das práticas individuais e coletivas.

De acordo com Bourdieu, habitus são;

(...)sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983,p. 72)

É porque as estruturas objetivas estão presentes na forma como os homens entendem a realidade em que vivem e nas suas práticas, que a história uma vez vivida e incorporada como habitus se reatualiza, trazendo-a de volta como história "actuada". Pois, entre o meio, onde estão presentes a história objetivada nas coisas, máquinas, edifícios, costumes, direito e etc., e a consciência formada pelo habitus existe uma cumplicidade

contida nas estruturas objetivas interiorizadas que se recolocam pela prática, adequando-se a conjuntura que se apresenta como um estado particular dessas estruturas.

Bourdieu através da noção de habitus faz a mediação entre o agente e a estrutura social. Compreende o homem como sujeito da história social, pois são suas ações que a constrói e modificam ao mesmo tempo em que esse homem é também compreendido como objeto da história, pois suas ações são orientadas por essa história que é interiorizada formando o habitus. Assim, com a noção de habitus tanto a dimensão da estrutura objetiva quanto a do indivíduo subjetivo é apreendida.

A noção de habitus não, então, é explicativa de um determinado momento, cujo recorte seja a - histórico ou entendido separadamente das práticas individuais e coletivas. Ao contrário, a formação do habitus é um processo essencialmente histórico que implica e se baseia na prática social do homem.

Isso significa que o habitus é formado pela história de vida dos indivíduos e da coletividade. Ou seja, pela prática social, pelas experiências e relações que trava com outros homens e com o meio em que vive, o homem interioriza a história social de todos os homens, ou as estruturas já constituídas da sociedade da qual faz parte. Essa história social interiorizada orienta a prática do agente que segue reproduzindo, mas também modificando essa mesma história na medida em que o habitus é reestruturado pelas novas experiências vivenciadas.

O processo de formação do habitus é histórico e, portanto, contínuo, o que implica em ser ele constantemente reestruturado, ou seja, modificado, ainda que parcialmente, pelas experiências vividas. Isso significa que o habitus estrutura as práticas relacionadas as experiências vindouras ao mesmo tempo em que é por elas modificado através da interiorização de novas relações que elas engendram. Entre habitus e situação experimentada existe, então, uma relação dialética de mutua estruturação.

Concomitante a organização e estruturação da prática pelo habitus diante de uma dada situação existe a reestruturação ou modificação do habitus pela experiência prática vivida. Ou seja, as situações experimentadas são interpretadas pelos homens de acordo com seu habitus, mas estas mesmas situações são capazes de produzir reestruturações no habitus, ao desencadear novas relações sociais. O habitus tende a provocar a reprodução das estruturas sociais, mas não de forma mecânica e sem sofrer reestruturações que o leva a introduzir nas práticas a mudança provocada pela experiência vivida.

Considerando a práxis humana gerada pelo habitus como fruto e ao mesmo tempo construtora da história, o movimento reprodução e a mudança se torna indissociável.

(...), não há base alguma nem razão para a oposição excludente entre estabilidade e mudança. Todo uso efetivo das idéias culturais é em parte reprodução das mesmas, mas qualquer uma dessas referências também é, em parte uma diferença. De qualquer jeito, nós já sabíamos disso. As coisas devem preservar alguma identidade através das mudanças ou o mundo seria um hospício. (SAHLINS, 1999, p.192)

Através da noção de habitus, a ação do indivíduo não é uma mera reação culturalmente determinada a um estímulo dado, mas o homem é entendido como capaz de assimilar e interiorizar as estruturas de sua sociedade na forma de conceitos, valores e categorias culturais que lhe permite entender e organizar o mundo a sua volta. Sua ação, em relação ao presente e aos seus interesses, é norteada e se conforma com essa assimilação e interiorização feitas *a priori*, a prática é, então, baseada em conceitos culturais, e estes são, por origem, teóricos.

Segundo Marshall Sahlins (199, p.192):

Toda a prática é teórica. Tem sempre início nos conceitos dos atores e nos objetos de sua existência, nas segmentações culturais e nos valores de um sistema *a priori*.

Mas, a prática envolta pela teoria dá a essa última uma forma ativa e viva na medida em que os conceitos culturais utilizados para engajar o mundo sofrem reavaliações práticas e transformações de seus significados quando submetidos a novos contextos empíricos. Ou seja, o homem baseia sua ação nas estruturas assimiladas culturalmente, mas ao agir repensa essas estruturas diante do novo e de seus próprios interesses, lhes dá novos significados, transforma seu sentido. A alteração dos significados pela prática e as novas relações que daí se desencadeiam, transformam a estrutura. Mas, estas tendem a preservar alguma identidade, parafraseando Sahlins, a mudança prática implica em uma reprodução cultural.

Na análise de Saussure:

Aquilo que predomina em toda mudança é a persistência da substância antiga: a desconsideração que se tem pelo passado é apenas relativa. É por esta razão que o princípio da mudança se baseia no princípio da continuidade. (SAUSSURE, 1959: 74)

Dessa forma, não há antítese entre reprodução e mudança. Ambos os processos são partes constituintes da história social, fazem a ligação necessária para a inteligibilidade do mundo entre o passado e o presente. Um passado que se mantém nos esquemas culturais através dos quais a experiência é organizada e um presente marcado pela diversidade de acontecimentos irredutíveis a essas categorias preexistentes em função de sua singularidade,

mas que é por elas apreendido por meio da práxis, ganhando significado dentro da estrutura social. Um significado que devido à irredutibilidade do presente ao passado permite a reelaboração das estruturas, das categorias culturais, desencadeando novas relações sociais. O presente, trabalhado pela práxis, ganha significado através do passado ao mesmo tempo em que esse significado é reformulado pelas novas relações engendradas no presente. Tal processo demandou um conceito que desse conta de sua complexidade, donde advém a retomada pela sociologia e antropologia da idéia do evento.

III - O conceito de evento

O conceito de evento, que permite compreender a síntese entre reprodução e mudança, é construído a partir dos sistemas culturais que dão significância a um acontecimento transformando-o em uma conjuntura de decisiva importância.

Um evento é de fato um acontecimento de significância e, enquanto significância, é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. “Eventos não estão apenas ali e acontecem”, como diz Max Weber, “mas têm um significado e acontecem por causa deste significado”. Ou, em outras palavras, um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. (SAHLINS, 1999:191)

Os eventos não podem, então, ser compreendidos separados dos significados a eles atribuídos pelas categorias culturais assimiladas a priori através do habitus, o que introduz o passado no presente. Mas, isso não elimina o potencial de transformação contido no evento, pois, como acima discutido, a transformação das estruturas é também um modo de sua reprodução. Tomemos como exemplo o evento da chegada do capitão Cook no Havaí em dezembro de 1778 analisado por Sahlins (1999) no texto “Ilhas de História”.

Segundo o autor, a aparição dos navios ingleses Resolution e Discovery nos mares havaianos, revelando para o ocidente as ilhas Sandwich, foi interpretada pelos nativos como a chegada de seres de natureza divina, que vinham da pátria espiritual de seus chefes e deuses. Logo depois da ancoragem dos navios teve início o intercâmbio entre britânicos e a população nativa. As mulheres nas canoas em volta dos navios faziam suas famosas propostas sexuais aos marujos que foram rapidamente atendidas dando início a uma série de violações

de tabus das tribos, mas que se justificavam para essas mulheres na tentativa de, observando a sua tradição cultural, “encontrar um senhor” que lhes permitisse constituir ligações de parentesco com os poderes estabelecidos na ilha.

Quando um dos chefes sagrados da ilha, Kaneoneo, resolveu ir pessoalmente ter com os “deuses estrangeiros”, o intercâmbio pacífico foi bruscamente interrompido com o chefe atropelando todos aqueles que não conseguiam tirar suas canoas do seu caminho próprio e exclusivo. O problema era que, como se tratava de um dos chefes dos mais altos tabus, todos diante de sua presença deveriam se prostrar com o rosto para baixo, mas era impossível ao mesmo tempo abrir caminho para canoa do chefe e se prostrar diante dela de modo que, de acordo com o autor, os havaianos foram pegos por um paradoxo.

Esse paradoxo e a atitude das mulheres havaianas são significativos das relações compreendidas pelo evento. Apreendido pelos havaianos de acordo com suas tradições culturais, o acontecimento da chegada dos ingleses passa a transformar as relações sociais, mudando as categorias de compreensão da realidade e sua estrutura.

De acordo com a interpretação de Sahlins:

Cada qual a sua maneira, chefes e povo reagiam ao estrangeiro de acordo com suas autoconcepções e seus habituais interesses. As formas culturais tradicionais abarcavam o evento extraordinário, e assim recriavam as distinções dadas de status, com efeito de reproduzir a cultura da forma que estava constituída. Porém como já frisamos, o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pela qual é concebido. As condições específicas do contato europeu deram origem a formas de oposição entre chefia e pessoas comuns que não estavam previstas nas relações tradicionais entre elas. (...) Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada. (SAHLINS, 1999: 174)

O acontecimento se transforma em evento a partir da significância a ele atribuído pelo habitus, contudo, dado a irredutibilidade do acontecimento empírico às categorias através do qual ele é entendido, novas relações sociais são engendradas provocando mudanças no habitus e nas estruturas. Isso porque, ambos, habitus e estruturas, são frutos do processo histórico e estão na história. De tal modo que, a história se faz pela síntese entre reprodução e mudança através da práxis.

Na leitura de Sewell, os eventos podem ser definidos como acontecimentos que significativamente transformam as estruturas, mas, mais uma vez, ressalta-se o fato de que sua compreensão se faz a partir das estruturas preexistentes e que a transformação implica também em uma forma de continuidade.

A História exhibe tanto obstinadas durabilidades e rupturas bruscas, e até mesmo as mais radicais rupturas históricas estão entrelaçadas com notáveis continuidades. Dizer que os eventos são transformações das estruturas implica precisamente em dizer que as estruturas que emergem de um evento são sempre transformações das estruturas preexistentes, e daí que elas são ambas as coisas, continuidades e diferenças de estruturas preexistentes. (SEWELL JR, 1996: 264).² Tradução da autora.

O evento enquanto uma categoria teórica assume grande importância para a análise sociológica na medida em que sua conceituação implica na compreensão de que a mudança e a reprodução social não são processos opostos do fazer histórico. Ao contrário, fazem parte de uma “síntese indissolúvel”, para usar as palavras de Sahlins, em que o movimento histórico social pode ser entendido em seu duplo aspecto, abandonando a unilateralidade que outrora marcou as pesquisas sociológicas.

IV – Considerações finais

A inflexão por que passou o conhecimento sociológico no século XX, com o abandono dos modelos explicativos da dinâmica geradora do movimento social a favor de interpretações sobre o “estado” da sociedade não foi menos orientado por concepções do que devia ser ou era desejável que fosse, ou seja, concepções ideológicas, que as interpretações dos autores clássicos. A produção do conhecimento sociológico, não deixou de estar vinculado a ideais sociais ou garantiu sua suposta neutralidade pela mudança de enfoque. Ao contrário, apenas colocou em evidência outras idéias predominantes. O amadurecimento do arcabouço teórico da pesquisa sociológica, com a superação das ideologias sociais como orientadoras da investigação, vem do reconhecimento deste percurso e da necessidade de abandonar a unilateralidade e a rigidez epistemo-metodológica das pesquisas que põem indivíduo e sociedade, ação e estrutura, reprodução e mudança.

A armadilha conceitual que dá independência a essas noções e as transforma em idéias estáticas só pode ser desarmada quando as interpretações da realidade social se voltam a análise dos processos históricos.

² History displays both stubborn durabilities and sudden breaks, and even the most radical historical ruptures are interlaced with remarkable continuities. To say that events are transformations of structures implies precisely that the structures that emerge from an event are always transformations of

Bibliografia.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes. Vol. I Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

PARSONS, T. & SMELSER, N.J. Economy and Society. London, 1957.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. 3^a ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. 2^a ed., São Paulo: Cultrix, 1970.

SEWELL JR., William H. *Three Temporalities: Toward an Eventful Sociology*. In: Terrence J. McDonald (org.). The Historic Turn in the Human Sciences. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. "Pierre Bourdieu: sociologia". Org. Renato Ortiz, São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU. Pierre. O Poder Simbólico Lisboa: Difel, 1989.

preexisting structures, hence that they are both continuous with and different from previous structures. (SEWELL JR, 1996: 264)